

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1857 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 13 de Novembro de 2015 Publicação: Segunda-feira, 16 de Novembro de 2015

### INSTRUÇÃO NORMATIVA STJ/GP N. 15 DE 15 DE NOVEMBRO DE 2015.

Regulamenta o envio de processos recursais ao Superior Tribunal de Justiça durante o período de indisponibilidade da rede INFOVIA-JUD.

**O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA,** usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno, considerando o art. 18 da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º O envio de processos recursais ao Superior Tribunal de Justiça, durante o período de indisponibilidade da rede INFOVIA-JUD, fica regulamentado por esta instrução normativa.

Art. 2º Enquanto perdurar a referida indisponibilidade, que impossibilita a transmissão eletrônica dos feitos, os tribunais de origem poderão encaminhar ao STJ processos recursais no formato físico, observados os quantitativos estabelecidos no Anexo desta instrução normativa.

§ 1º A limitação da quantidade de processos foi estabelecida de acordo com a capacidade de produção máxima da área de digitalização do STJ e a proporcionalidade da demanda de cada tribunal no exercício de 2015.

§ 2º Os quantitativos previstos no Anexo serão atualizados a cada 10 dias por ato do diretor-geral da Secretaria do Tribunal e divulgados no portal da internet do STJ, conforme a evolução da implantação de meio alternativo e provisório para recebimento de dados eletrônicos.

Art. 3º Considerada a limitação no envio de processos recursais ao STJ, deverão ser observados os critérios de preferência legais dos feitos, dando prioridade às seguintes hipóteses:

I – processos com tutela de urgência (risco de perecimento de direito ou dano irreparável);

II – processos estabelecidos na Lei n. 12.008, de 29 de julho de 2009 (idoso, doença grave);

III – processos criminais;

IV – processos enquadrados na Meta Nacional n. 2/2015;

V – processos representativos de controvérsia.

Art. 4º O diretor-geral expedirá comunicação oficial aos tribunais de origem dando ciência sobre o restabelecimento da rede INFOVIA-JUD a fim de retomar o fluxo normal de recebimento dos processos recursais por meio eletrônico.

Art. 5º Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro FRANCISCO FALCÃO



**Anexo**

(Art. 3º da Instrução Normativa STJ/GP n. 15 de 12 de novembro de 2015)

**QUANTITATIVO MÁXIMO DIÁRIO DE PROCESSOS RECURSAIS FÍSICOS  
QUE PODEM SER ENCAMINHADOS PELOS TRIBUNAIS DE ORIGEM**

TRIBUNAL	Total encaminhado de Janeiro a Outubro	Proporção do total	Quantitativo máximo diário de processos
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO	28.657	12,12%	55
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	27.162	11,49%	52
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO	24.643	10,42%	47
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	18.827	7,96%	36
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	16.591	7,02%	32
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO	14.415	6,10%	27
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO	13.256	5,61%	25
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - AV. BRIGADEIRO	12.197	5,16%	23
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ	11.631	4,92%	22
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS	10.799	4,57%	21
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	9.097	3,85%	17
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - RUA DA GLÓRIA	6.745	2,85%	13
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO	5.577	2,36%	11
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	4.999	2,11%	10
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA	4.670	1,97%	9
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO	3.943	1,67%	8
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO	3.622	1,53%	7
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS	2.506	1,06%	5
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE	2.847	1,20%	5
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	2.221	0,94%	4
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO	1.637	0,69%	3
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	1.378	0,58%	3
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE	1.484	0,63%	3
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA	1.296	0,55%	2
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA	1.211	0,51%	2
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	795	0,34%	2
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ	900	0,38%	2
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS	861	0,36%	2
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS	586	0,25%	1
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA	359	0,15%	1
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE	356	0,15%	1
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	268	0,11%	1
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS	297	0,13%	1
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ	651	0,28%	1
<b>Total</b>	<b>236.484</b>		<b>450</b>